

A COMPREENSÃO DA BRASILIDADE EM SIMÕES LOPES NETO

Maximiliano Kucera Neto¹

As relações entre Literatura e Sociedade possuem um papel decisivo sobre a História, uma vez que ela se incorpora às obras literárias não apenas no momento da produção, mas informam para o futuro qual era o modo de ver a Sociedade. Obras como as de Simões Lopes Neto, que pela voz corrente da crítica se inserem em um movimento histórico-literário denominado Regionalismo, ou pré-Modernismo, integram uma visão do Brasil que exerceu papel decisivo para a formação de uma identidade nacional. Em um país de grandes dimensões e em época na qual as informações tardavam, é de se esperar que não apenas a diversidade entre as muitas linguagens locais, mas também as características de evolução social e política entre diversas regiões, apresentasse um quadro com muitas cores e formas.

O tempo em que viveu e produziu Simões Lopes foi de transformações, e algumas eram relativamente recentes. O Rio Grande do Sul, desde os primórdios da colonização, foi e deixou de ser Brasil,

¹ Procurador do Estado/RS e membro do IBAP. Graduado em Direito e Letras.

por conta dos arranjos de além-mar, como o Tratado de Madrid, em 1750, seguido pelo de Santo Ildefonso, em 1777. Natural que nesta periferia surgisse tanto um modo particular de conceber a vida quanto um modo próprio de se integrar ao país, que nasceu em 1822, trazendo a necessidade de uma identidade nacional.

Visionário, inquieto, integrado ao ambiente social em que viveu e intelectualmente ativo, tendo escrito, além da prosa que lhe trouxe o reconhecimento das gerações futuras, teatro, poesia, livros didáticos e história, e na época em que coligiu a maior parte de sua obra exerceu intensa atividade jornalística, forma de sobrevivência encontrada após a juventude abastada e maturidade de intensas experiências em atividades empreendedoras. Vindo de família de estancieiros, não se dedicou à criação de gado.

Não pretendo fazer especulações acadêmicas, por isso vou partir de um pressuposto pouco ambicioso.

A primeira questão é a da obra deste excepcional escritor sul-rio-grandense. Com as escusas dos que a dominam, vamos explicitar dois textos que julgamos significativos.

A questão seguinte é a visão de mundo do autor, cuja contribuição para a formação da identidade nacional é notória, contudo fixada no exercício de saudosismo acerca de um mundo mítico, hoje existente apenas na imaginação e na ficção. Esta a parte interpretativa.

O último aspecto é sobre o termo “brasilidade”, do qual não pretendemos escandir significados, mas tratar como a necessidade de uma identidade que ampare a coesão social imprescindível a um Estado Nacional.

João Simões Lopes Neto nasceu em 1865, na cidade de Pelotas, no auge do crescimento econômico proporcionado pela exploração das charqueadas, ciclo que se encerrou com a abolição da escravatura. Faleceu com 51 anos, em 1916, na mesma cidade, da qual pouco se afastou em vida. Sobre sua obra há dois brilhantes e precusores ensaios que lhe dedicou Raymundo Faoro, que o considerou o maior entre a “geração dos homens tristes de saudade, os regionalistas.”

A obra literária veio à luz na última década da sua vida. Em livro, a primeira edição de *Contos Gauchescos* é de 1912, a de *Lendas do Sul*, de 1913. Para uma aproximação do tema nos inspiramos em dois textos, pois a proposta é que a literatura seja a fonte, o ponto de partida.

O texto que reconta a lenda do *Negrinho do Pastoreio* é o primeiro autenticamente literário publicado por Simões Lopes, em 1906, após encartado em *Lendas do Sul. Contrabandista*, de *Contos Gauchescos*, é o mais divulgado em coletâneas. Essa escolha busca ser representativa da obra do autor e de mais amplo conhecimento do público, mas não vou dispensá-los de um pequeno resumo dos fatos literários.

A lenda do Negrinho do Pastoreio é bastante conhecida. No tempo dos campos sem divisas nem cercas, “era uma vez um estancieiro”, rico e muito mau, que para apenas três viventes olhava nos olhos: o filho mimado, o cavalo preferido e um jovem negro sem nome. Não tendo recebido nome chamava-se, simplesmente, Negrinho, e não tendo sido batizado considerava-se “afilhado da Virgem, Senhora Nossa”. Na narrativa, o estancieiro tratou aposta em carreira de cancha reta com um vizinho, tendo o Negrinho por ginete do cavalo baio. Perdida a aposta contra o cavalo mouro tentou o estancieiro anular o embate, ameaçando o juiz. A confirmação da derrota trouxe ao Negrinho o castigo de trinta dias de pastoreio dos cavalos, como estaca do cavalo baio, sem comer ou dormir. Na primeira vez que perdeu os cavalos, por forças da natureza, foi amarrado ao palanque e açoitado com relho; solto no crepúsculo, para buscar a tropilha perdida, valendo-se de um toco de vela, que a cada pingo de cera no chão fazia nascer uma nova luz, até clarear a terra, recuperou a manada. Por maldade, o filho do estancieiro a dispersa novamente, e desta vez o Negrinho é açoitado até “parecer que morreu”. O corpo é jogado no panelão do formigueiro. No terceiro dia o Negrinho ressuscita, e o baio e a tropilha agora são de seu pastoreio, mas só ele

os vê; quem perder algo no campo, acenda uma vela, e o Negrinho levará a luz para sua Madrinha, trazendo de volta o objeto perdido.

A história do jovem escravo brutalizado por um fazendeiro cruel poderia soar corriqueira no ambiente das charqueadas, mas o arquétipo cristão, o contraste de luz e escuridão, a densidade dos elementos culturais locais empregados na construção da narrativa, a descrição do drama humano da vida na estância e o domínio da técnica do conto contribuíram para conferir à lenda um caráter de permanência que somete obras de excepcional qualidade alcançam. Figuram no pano de fundo as relações sociais na estância e na vizinhança, os dois núcleos concêntricos dos grupos domésticos onde se assentava a vida do gaúcho. O poder político é exercido pelo estancieiro, mas sem carisma ou liderança; despojado do caráter subjetivo que seria inerente à condição de caudilho, resta-lhe o isolamento.

Em *Contrabandista*, de *Contos Gauchescos*, a estratégia foi dar voz ao nativo com a mediação de um personagem quase silencioso, designado apenas como *patrãozinho*, que ouve e anota, permitindo a exploração do vocabulário local de forma erudita. Cerca de 40 anos mais tarde este mesmo ponto de vista narrativo seria utilizado por Guimarães Rosa, em *Grande Sertão: Veredas*.

O contrabandista é a personagem Jango Jorge, um típico gaúcho: valente, insensato, guerreiro, ora malvado e ora generoso, sempre mal-educado, mas já aos noventa anos curvado à família, arranchado e afamilhado, nas expressões do autor. Blau Nunes narra que a filha de Jango Jorge estava por casar. Moça bonita, prendada, que havia frequentado a escola e, no campo, vestia-se como na cidade. Algo moderno para a época. Casamento demandava enxoval para a noiva, que pelo costume era feito em casa, porém Jango Jorge vai buscá-lo no outro lado da fronteira e no dia anterior à festa. A narrativa é construída com a história dos conflitos locais: “Nesta terra do Rio Grande sempre se contrabandeou, desde em antes da tomada das Missões.” Os comerciantes se entendiam, até que a fronteira, após a

movimentação bélica iniciada com a Guerra dos Farrapos, ficou povoada de espanhóis. O narrador dá ao leitor o conforto de informações triviais, criando a expectativa do retorno do pai de família, para um curto desfecho. Jango Jorge é morto pela guarda por lançar-se ao pacote do enxoval da filha. O sofá enfeitado para ser o trono dos noivos recebe o corpo, a esposa do morto levanta o poncho e encontra o pacote contendo “o vestido branco da filha, os sapatos brancos, o véu branco, as flores de laranjeira. “Tudo numa plastada de sangue... tudo manchado de vermelho...”. Concluindo: “Então rompeu o choro na casa toda.”

A quadra da História em que viveu Simões Lopes Neto abrigou outros escritores gaúchos que, como ele, produziram a representação de um mundo em transformação. O fenômeno também ocorreu em outros rincões do Brasil que, como aqui, desenvolveram polos urbanos, permitindo o acesso à cultura letrada e à vida confortável, além do indispensável tempo ocioso. No entanto, o Rio Grande do Sul, no Brasil, não era uma periferia como as outras. Julgava-se muito incomodada, pelo menos até a Revolução de 1930, ou seja, até amarrar o cavalo no obelisco. Compreende-se que as disputas com os espanhóis, as perdas abruptas e ganhos palmilhados na mobilidade das fronteiras, a nódoa das míticas Missões e a luta separatista contra o Poder Central, trouxesse desconforto. Por fim, com a luta genocida ocorrida na Revolução Federalista de 1893, a brasilidade talvez fosse mesmo um peso aos habitantes do sul.

O Estado brasileiro venceu o movimento separatista e os promotores do separatismo venceram seus inimigos locais. Em *O Negrinho do Pastoreio* e *Contrabandista* observa-se o antagonismo do narrador com dois modelos de poder, cada um vigente a seu tempo. Enquanto em *O Negrinho do Pastoreio* o contexto remete ao tempo de campos ainda abertos, posterior a 1750, mas já sob o domínio do estancieiro, que era o protótipo do caudilho, em *Contrabandista* a época é a das fronteiras controladas e da presença de órgãos do Es-

tado, o que ocorre muito tempo após as lutas narradas no texto. Em um contexto, encarna o mal a brutalidade do caudilho, em outro, a rigidez do Estado que faz valer os direitos de fronteira com a força das armas, e cada uma a seu tempo, nenhuma das duas espécies de ordens, a do caudilho ou a da lei do estado nacional, perfilam o ideário do gaúcho. Curiosamente, aquele que seria o tempo histórico da ordem imposta pelo caudilho é, justamente, o tempo saudado por Blau Nunes, no qual o contrabando era feito “sem malícia, e mais por divertir e incomodar as guardas do inimigo.”

Partimos do pressuposto que a compreensão da brasilidade está vinculada à visão de poder. Neste sentido, a compreensão da brasilidade em Simões Lopes pode ser comparada com uma barganha onde ao menos uma parte das elites locais já havia incorporado a compreensão que a legitimação do modelo do caudilho não era útil, não trazia ordem ao mundo. O poder carismático do caudilho estancieiro, preso ao passado, só é funcional entre os cisplatinos. Mas isso pouco importa, está no passado. A ordem que começa a se instalar, a do Estado Nacional, também não proporciona adequação naquele momento. Há um trauma nesta transição. Neste ponto podemos questionar se a Revolução Federalista de 93, aquela que o gaúcho anseia apagar da fotografia da História, não assinala o ápice desse impasse.

É na perspectiva do Estado Nacional que a obra de Simões Lopes Neto é construída, mas com um pé num passado mítico. O saudosismo pode representar a oportunidade perdida da conservação, de todo impossível, do passado em extinção, mas encarta um auto de fé na capacidade de participar do futuro.

A construção da identidade nacional brasileira, historicamente, começa a partir da Independência, mas até a Revolução de 30, com a chegada ao poder, justamente, de um gaúcho, Getúlio Vargas, é que assume um caráter de programa político de governo. Em Simões Lopes, a compreensão da identidade nacional, como uma

vontade subjacente de integração entre o exercício do poder e a sociedade, captada em um mundo em transformação, desagua na Revolução de 30.

Creio que neste momento até poderia encerrar minha participação neste painel, mas para uma melhor perspectiva da compreensão da brasilidade em Simões Lopes Neto, integrando um pouco as temáticas deste painel, gostaria de trazer algumas observações sobre os dois ensaios que Raymundo Faoro publicou ainda bastante jovem. O primeiro em 1949, *Introdução ao Estudo de Simões Lopes Neto*, e retomando o tema, em 1952, *Antônio Chimango, algoz de Blau Nunes*.

Faoro integra uma corrente da historiografia que trabalhou sob a perspectiva interpretativa da formação.

Precede *Os Donos do Poder*, de 1958, que tem o subtítulo *Formação do patronato político brasileiro*:

- *Casa-Grande e Senzala – Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, de Gilberto Freyre, de 1933;
- *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, de 1936;
- *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, de 1942;

E são contemporâneas da obra de Faoro:

- *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, de 1959, e *Formação da Literatura Brasileira*, de Antonio Candido, de 1957.

No ensaio de 1949, Faoro demonstra adesão à perspectiva da formação:

“A natureza dos homens de Simões se acha vinculada aos grupos originários que lhes marcaram o destino: as comunidades domésticas da estância e da vizinhança. [...] O início da história do Rio Grande, como alma que se desenvolve pela sua força interna, começa com a organização social da estância.”

O tempo da Colônia de Sacramento e do gado chucro é “asocial e ahistórico, não interessa ao desenvolvimento da formação social.” Para Faoro, “o ponto de referência da obra de Simões Lopes Neto pode ser determinado na flutuação evolutiva da comunidade para a sociedade estamentária, na transição da magia para a religião”.

A Literatura Brasileira, praticamente toda ela, escritores e crítica, conforme Antonio Candido, é eminentemente interessada na construção de uma cultura válida no país. “Quem escreve, contribui e se inscreve num processo histórico de elaboração nacional.”

O ensaio de Faoro destaca na obra de Simões Lopes a ausência de alguns mitos que a crítica e a historiografia inculcaram, como o de igualdade entre peão e patrão. “A estância vincula todos os membros da mesma ordem, sem igualá-los”. “Em realidade, patrão e peão estão ligados pelo mesmo destino e pela mesma concepção de vida; os valores dos dois são os mesmos.” Blau Nunes, descortina, não é o peão, mas o pampa e o homem da estância, estagnados no tempo.

São ensaios abrangentes, explorando aspectos míticos e religiosos, sociológicos e comportamentais, com erudição e inteligência excepcionais. Faoro argumenta que a militarização da campanha teria sublimado o misticismo e a religião. “O cavalo e a guerra secaram a disposição ‘carismática’ do gaúcho e endureceram sua alma.” Saint Hilaire já teria observado a religiosidade quase nula do gaúcho. Em Simões Lopes Neto homens que rezam são ridicularizados, pois isso seria coisa de mulheres. Os poderes mágicos e religiosos teriam servido apenas para dar autenticidade à tradição, apropriada pelo estancieiro para legitimar a manutenção das posses.

O caudilho, como líder carismático, por razões étnicas, culturais e religiosas, teria assentado melhor entre os castelhanos, não tendo prosperado entre os sul-rio-grandenses. Argumenta Faoro: “O gaúcho rio-grandense reage com descrença e malícia ante o chefe, e se o admira é por reconhecer-lhe outras qualidades, não sejam as carismáticas.” Utilizando categorias Weberianas de tipos ideais,

formuladas em *Economia e Sociedade*, onde Max Weber expõe três tipos puros de dominação legítima: a legal, a tradicional e a carismática; definidas por características pessoais do líder, Faoro atribui às lideranças sul-rio-grandenses a forma de dominação tradicional, cujo tipo mais puro é a dominação patriarcal. Esta forma seria mais autoritária e arbitrária que a dominação carismática, que poderia ser reinterpretada de forma antiautoritária, com o reconhecimento livre dos súditos. A sociedade estamentária patrimonial para a qual transitou a legitimação do poder no Rio Grande do Sul, nas categorias weberianas, enquadrar-se-ia no “sultanismo”, e somente impropriamente poder-se-ia identificar com o caudilhismo: “No Uruguai, Argentina e Paraguai há caudilhos, não no Rio Grande do Sul.” E do sultanismo teríamos derivado para uma “sociedade de homens interessados no poder e no mando, presos e guiados pelo impulso do poder.” A disputa pelo mando emulou as disputas bélicas, autodenominadas revoluções, sempre entre um grupo de estancieiros contra outro, com bandeiras adornadas “com idealismo democrático, com princípios emprestados de algum homem da corte, desgarrado por aqui.” Conclui Faoro: “Pode-se afirmar que nunca possuiu o Rio Grande um governo democrático.” Com ou sem princípios constitucionais, sempre dominou o chefe.

Estes condicionantes compõem a obra de Simões Lopes. O estancieiro de *O Negrinho do Pastoreio* vive um isolamento severo. No círculo da estância somente três seres vivos formam suas relações: o filho, um animal e o escravo. Na vizinhança, enquanto seu oponente na aposta “queria que a parada fosse para os pobres”, ele queria que fosse para o dono do cavalo vencedor. Faoro expõe que “a formação senhorial do gaúcho, endurecido pela sede de mando, fê-lo um solitário. [...] E o solitário é um individualista, sem outra visão que a do próprio eu.” A perspicácia de Faoro ainda desmistifica a simpatia do gaúcho pelo abandonado, a ternura pelas crianças, pelo negrinho do pastoreio, pelos velhos. Expõe a separação crescente entre estancieiro

e peão, assim como o reflexo da sociedade do estamento sobre as relações afetivas, com a polarização entre amor sensual e matrimônio, apontando que em Simões Lopes Neto a mulher é fêmea ou esposa, não conhecendo outro ângulo.

Três anos depois Raymundo Faoro retoma o tema, no ensaio *Antônio Chimango, algoz de Blau Nunes*. Com um refinamento admirável, compara a ética de Amaro Juvenal com a do Senador Ramiro Barcelos, não poupando a polêmica com o velho Rui (Barbosa). São duas páginas onde o “Catão satírico” é exposto ao Sol.

Para Faoro, a contraposição do poemeto, entre o gaúcho campeiro e o letrado representante da ordem civil, está objetivada na sociedade rio-grandense. No pampa platino “o caudilho era, com frequência, o chefe do governo, como foram Facundo, Rosas, Artigas, enquanto que, no Rio Grande, ele se limitava ao papel secundário de agente do poder central e estadual.” E com fina ironia, sentencia:

“O rio-grandense seria, pois, o defensor da ordem controlado por poderes superiores, e o platino, na sua soberania, um perturbador da paz, segundo a não sempre justa distinção de escritores brasileiros.”

A distopia da autoimagem gauchesca, que imaginava seus líderes como caudilhos libertários, irredentistas, não permitiu ver que viviam em subordinação aos letrados urbanos detentores do poder.